



PROGRAMA
**DEMOCRACIA
ATIVA**

O PAPEL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E ACOMPANHAMENTOS DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

João Batista de Camargo Júnior
Conselheiro Substituto do TCE/MT



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO

PPA, LDO E LOA

CF, art. 165

- **Plano Plurianual – PPA**
 - Diretrizes, objetivos, metas, programas e ações
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**
 - diretrizes para elaboração e alteração da LOA
 - metas e prioridades para o exercício seguinte
 - Anexo de metas e anexo de riscos fiscais
- **Lei Orçamentária Anual – LOA**
 - estima a receita e fixa a despesa

ORÇAMENTO PÚBLICO

CF, art. 165 e 84

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Compete privativamente ao **Presidente da República**:

(...)

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição.

ORÇAMENTO PÚBLICO

CF, art. 166, § 6º

Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão **enviados pelo Presidente da República** ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º

ORÇAMENTO PÚBLICO

CF, art. 165, § 9º, I

- **cabe à lei complementar** dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, **os prazos**, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual
- Lei Federal nº 4.320/1964: foi recepcionada pela Constituição Federal - status de Lei Complementar
- Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 4.320/1964: regulamentam parcialmente o dispositivo constitucional
- LC prevista - ainda não editada

ORÇAMENTO PÚBLICO

CF, art. 35, § 2º - ADCT

“Até a **entrada em vigor da lei complementar** a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

ORÇAMENTO PÚBLICO

CF, art. 35, § 2º - ADCT

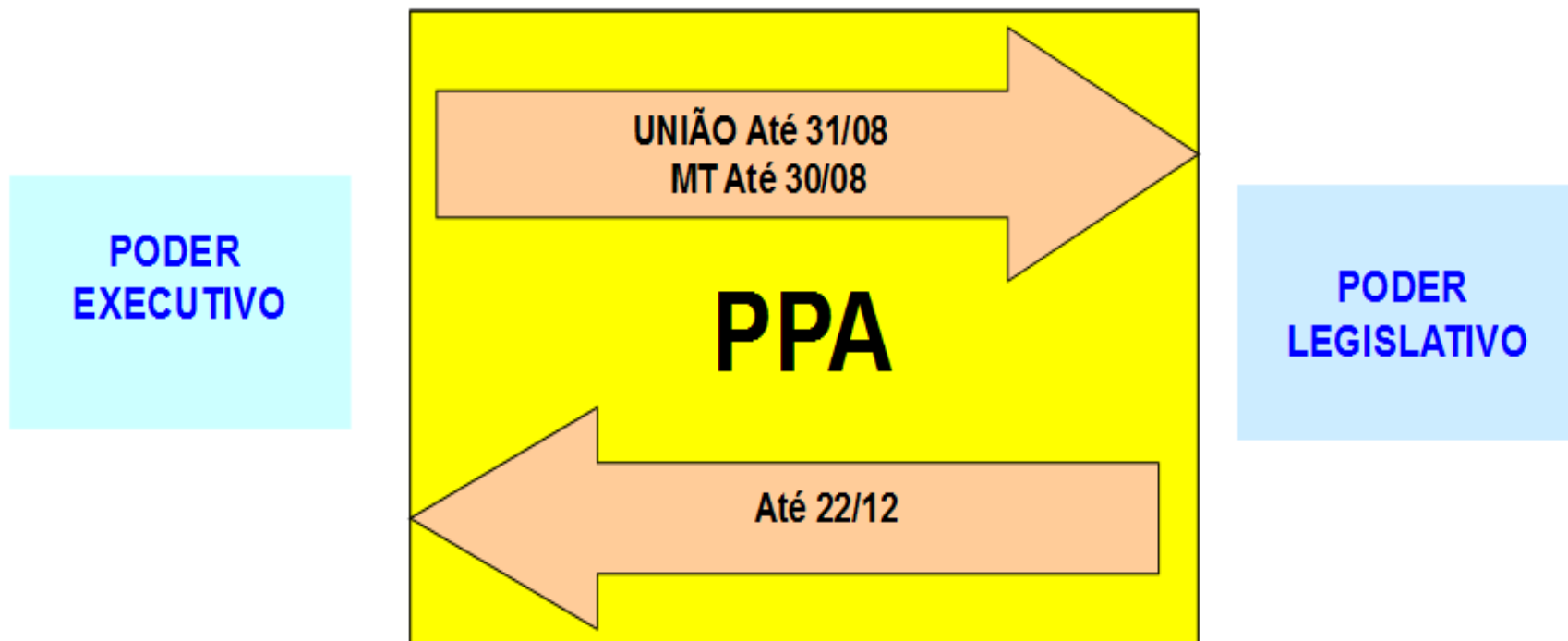
II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.”

PRAZO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

	UNIÃO		ESTADO DE MATO GROSSO
LEI	PRAZO PARA ENVIO	PRAZO PARA DEVOLUÇÃO	PRAZO PARA ENVIO
PPA	31/08 4 meses antes do primeiro exercício financeiro	22/12 encerramento da primeira sessão legislativa	30/08 do primeiro ano do mandato do Governador
LDO	15/04 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro	17/07 encerramento do primeiro período da sessão legislativa	até 30 de maio
LOA	31/08 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro	22/12 encerramento da sessão legislativa	até 30 de setembro

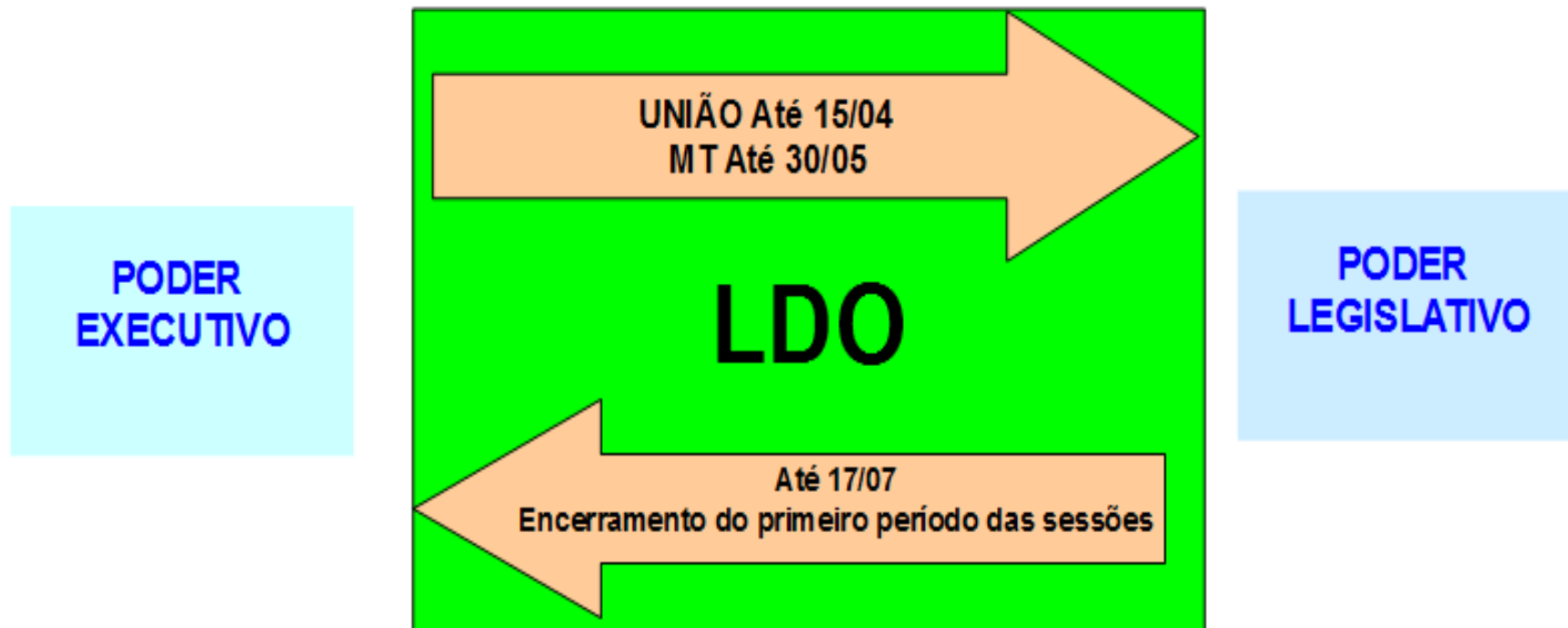
PRAZOS



CF, art. 165, § 9º, I

CF, art. 35, § 2º - ADCT

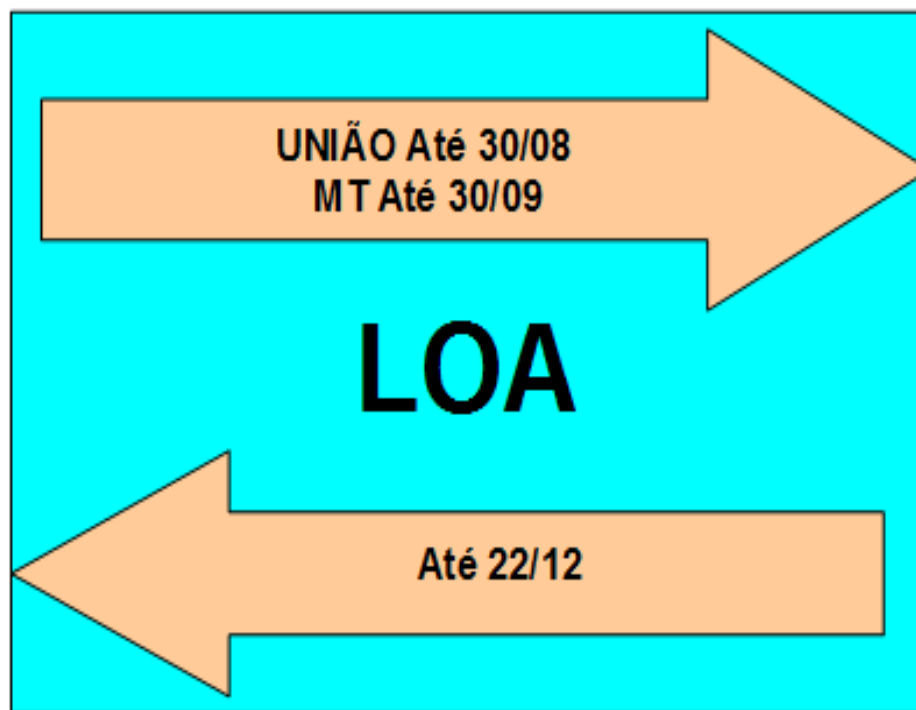
PRAZOS



CF, art. 165, § 9º, I

CF, art. 35, § 2º - ADCT

PRAZOS



**PODER
EXECUTIVO**

**PODER
LEGISLATIVO**

CF, art. 165, § 9º, I

CF, art. 35, § 2º - ADCT

PLANO PLURIANUAL

CF, art. 165, §§ 1º e 2º e art. 167, § 1º

- fixa, de forma regionalizada, as Diretrizes, Objetivos e Metas para:
 - despesas de capital
 - outras despesas decorrentes dessas despesas de capital
 - despesas relativas aos programas de duração continuada
- orienta a elaboração das demais leis orçamentárias
- investimento com duração maior de 1 ano: deve estar previsto no PPA

PLANO PLURIANUAL

- Despesa de Capital:
 - implantação e expansão de serviços públicos
 - investimentos – Exemplo: construção de Escola
- Despesas decorrentes das Despesas de Capital:
 - consequência dos investimentos
exemplo: funcionamento da escola - manutenção, conservação e demais despesas
 - observação: não estão relacionados com programas de duração continuada

PLANO PLURIANUAL

CF, art. 167, § 1º

- investimento com duração superior a um exercício: deve estar no Plano Plurianual

“Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

PLANO PLURIANUAL

- autoriza investimentos/programas
- desautoriza os nele não contemplados
- orienta as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

PPA - Cronologia



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS UNIÃO



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias da União para 2016, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública federal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos da União;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas à dívida pública federal;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes;
- VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- VIII - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- IX - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo e sobre as obras e os serviços com indícios de irregularidades graves;
- X - as disposições sobre transparência; e
- XI - as disposições finais.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL UNIÃO



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.255, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2016 no montante de R\$ 3.050.613.438.544,00 (três trilhões, cinquenta bilhões, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do [art. 165, § 5º, da Constituição](#):

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

PLANO PLURIANUAL

ESTADO DE MT

***LEI Nº 10.340, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Autor: Poder Executivo

. Lei e seus Anexos publicados em Suplemento à edição do DOE de 19.11.2015.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, apresentando as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, em cumprimento às disposições contidas no Art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, e no Art. 162, § 1º, da Constituição Estadual de 1989.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual 2016-2019:

I - mensagem do Governo contendo:

- a) as orientações estratégicas de Governo, que nortearão a Administração Pública para o período de vigência do Plano;
- b) a apresentação do processo de formulação e revisão do PPA 2016-2019;
- c) a descrição do cenário econômico, social, ambiental e fiscal;
- d) a descrição dos riscos fiscais e da capacidade de financiamento.

II - anexos demonstrativos contendo:

- a) Anexo I - PPA em números;
- b) Anexo II - Programas finalísticos e de gestão, manutenção e serviços ao Estado para o quadriênio de 2016-2019;
- c) Anexo III - Programas e ações padronizados;
- d) Anexo IV - Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016, em atendimento ao disposto no § 9º do Art. 164 da Constituição Estadual de 1989;
- e) Anexo V - Mapa das Regiões de Planejamento que foram adotadas para a especificação da localização geográfica das metas físicas das ações.

Art. 2º O Plano Plurianual 2016-2019 organiza a atuação governamental em programas e ações, orientados para o alcance das orientações estratégicas de Governo, definidas para o período de sua vigência, as quais se encontram expressas na dimensão estratégica do Plano.

Art. 3º O PPA 2016-2019 terá como eixos fundamentais:

- I - viver bem;
- II - educar para transformar e emancipar o cidadão;
- III - cidades para viver bem: municípios sustentáveis;
- IV - Estado parceiro e empreendedor;
- V - gestão eficiente, transparente e integrada.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ESTADO DE MT

DIÁRIO OFICIAL

do Estado de Mato Grosso ANO CXXV - CUIABÁ Segunda-Feira, 14 de Setembro de 2015 Nº 26618

PODER EXECUTIVO

LEI

LEI Nº 10.311, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2016, em cumprimento ao disposto no Art. 162, II, § 2º da Constituição Estadual, ao disposto na Emenda Constitucional nº 69, de 24 de outubro de 2014 e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- II - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração, a execução e o acompanhamento dos Orçamentos do Estado e suas alterações;
- IV - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre a administração da dívida pública estadual e das operações de crédito;
- VI - as disposições sobre a política para aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento;
- VII - as disposições sobre as transferências constitucionais;
- VIII - as disposições sobre as transferências voluntárias;
- IX - as disposições sobre as vedações e as transferências ao setor privado;
- X - as disposições sobre os precatórios judiciais;

- XI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- XII - as disposições sobre os fundos especiais;
- XIII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram, ainda, esta lei o Anexo de Metas Fiscais (Anexo I) e o Anexo de Riscos Fiscais (Anexo II), em conformidade com o que dispõem os §§ 1º, 2º e 3º do Art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro de 2016 constarão de Anexo do Plano Plurianual para o período de 2016-2019 e, ainda, deverá atentar, em todos os seus programas, a conclusão e entrega de obras inacabadas, conforme § 9º do Art. 164, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 50, de 08 de fevereiro de 2007.

§ 1º As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016 terão precedência na alocação dos recursos no projeto de Lei Orçamentária, atendidas as despesas com obrigação constitucional e legal e as essenciais para a manutenção e o funcionamento dos órgãos e entidades.

§ 2º As metas físicas das Metas e Prioridades constantes do Anexo do Plano Plurianual não constituem limite à programação da despesa no Orçamento Estadual, podendo ser ajustadas no projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I Dos Conceitos Gerais

Art. 3º Para efeito desta lei, entende-se por:

- I - programa: o instrumento de organização da ação

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ESTADO DE MT



LEI Nº 10.354, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Poder Executivo

Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2016.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, compreendendo seus Fundos e Órgãos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, instituídas e mantidas pela Administração Pública;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Secretarias e entidades da Administração Indireta, bem como os Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas à saúde, previdência e assistência social.

PLANO PLURIANUAL DE TANGARÁ DA SERRA



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Procuradoria Geral do Município
www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 – 4801
Email: procuradoriageral@pgm.tangaradaserra.mt.gov.br
Lei Complementar n.º 192, de 17 de outubro de 2014.



PGM
Tangará da Serra

LEI N.º 4.417, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO ANEXO III DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica atualizado o Plano Plurianual do período de 2014/2017, instituído pela Lei nº 4.126, de 11 de Novembro de 2013.

Parágrafo único. As modificações efetuadas referem-se à inclusão de novas ações, atualização das metas físicas e financeiras previstas no Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2016.

Art. 2º Fica atualizado o anexo III e Custeio das Ações da Lei nº 4.126, de 11 de Novembro de 2013, conforme planilha anexa, parte integrante da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor, à partir da data de publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e seis** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e quinze**, 39º aniversário de Emancipação Político Administrativa.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE TANGARÁ DA SERRA



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria de Apoio Técnico Administrativo e Legislativo
Emails: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br e aataltangara@gmail.com
www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 – 4801



LEI N.º 4.480, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES, METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AS DESPESAS DE CAPITAL, ORIENTANDO A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DISPONDO SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Tangará da Serra para o exercício financeiro de 2016, em consonância com o Plano Plurianual do Município para o período 2016/2017 de acordo com o disposto no § 2º do Artigo 165, da Constituição da República Federativa do Brasil, art.162 § 2º da Constituição Estadual, art. 265 § 2º da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal – de 04/05/2000, compreendendo:

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE TANGARÁ DA SERRA



Mato Grosso
Tangará da Serra
Gabinete do Prefeito
Assessoria de Apoio Técnico Administrativo e Legislativo
Emails: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br e aataltangara@gmail.com
www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (0xx65) 3311 – 4801



LEI N.º 4.543, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

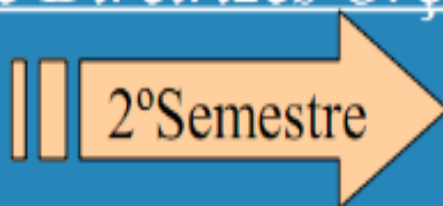
O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Tangará da Serra, para o Exercício financeiro de 2016, “ESTIMA A RECEITA e FIXA A DESPESA”, em R\$ 259.610.817,52 (Duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e dez mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos), sendo para a administração direta o valor de R\$ 191.567.496,73 (Cento e noventa e um milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos), para a administração indireta, o valor de R\$ 51.876.795,44 (Cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), destinados a atender a despesas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, e R\$ 16.166.525,35 (Dezesseis milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos) para o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra – SERRAPREV.

· VIGÊNCIA ANUAL?

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Duração
LDO



Ano Subseqüente

Aprox. 18 meses

Orienta a LOA

Alterações na legislação
tributária



Instrumento de Planejamento CP

Política de aplicação das Agências
Oficiais de Fomento

Conteúdo Principal: Metas e Prioridades, incluindo Despesas de Capital para o exercício subsequente

AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA NA LDO PARA:

CF, art. 169, §1º

- aumento de remuneração
- criação de cargos, empregos e funções
- alteração na estrutura das carreiras
- admissão de pessoal

ORÇAMENTO PÚBLICO

Quais os prazos para envio e devolução das peças orçamentárias em Tangará da Serra?

ENVIO DAS LEIS -TANGARÁ DA SERRA

Art. 238 Os Projetos de Lei relativos ao Orçamento Anual, ao Plano Plurianual, às Diretrizes, aos Créditos Adicionais, ou que impliquem alteração de qualquer deles, se farão acompanhar por anexos contendo diagnósticos, metas projetadas, metas alcançadas no período imediatamente anterior, com indicadores claros, precisos e objetivos, além das justificativas necessárias, por plano, programa e unidade, e serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 068, de 17 de abril de 2012).

...

§ 6º - O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual da Administração Municipal, obedecerão aos seguintes 103 prazos para encaminhamento à Câmara Municipal: (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

I - O **plano plurianual** será encaminhado até o dia **30 de Junho**, do primeiro ano do mandato; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

II - A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** será encaminhada até o dia **01 de Agosto** de cada exercício; (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

III A **Lei Orçamentária Anual** será encaminhada até o dia **30 de Setembro** de cada exercício. (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

NÃO ENVIO DA LOA -TANGARÁ DA SERRA

§ 10 – O desrespeito aos prazos definidos no parágrafo sexto do presente artigo, **a Câmara considerará como proposta a legislação orçamentária vigente**. (Incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

DEVOLUÇÃO DAS LEIS -TANGARÁ DA SERRA

...

§ 11- A Câmara Municipal apreciará os instrumentos de planejamento referidos no parágrafo sexto do presente artigo, nos seguintes prazos: (Incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

I - O **plano plurianual** será analisado **até o dia 30 de Agosto** de cada exercício; (Incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

II - A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** será analisada até o dia **30 de Setembro** de cada exercício; (Incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

III - A **Lei Orçamentária Anual** será encaminhada **até o dia 15 de Dezembro** de cada exercício. (Incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº 76, de 3 de fevereiro de 2015).

ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA DEVOLUÇÃO/SANÇÃO DA LOA

LRF, art. 6º caput e § 1º

E se o orçamento não for aprovado até 31/12???

“Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, observadas as condições constantes da lei de diretrizes orçamentárias.”

• artigo **VETADO**

ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA SANÇÃO DA LOA

LRF, art. 6º caput e § 1º

- motivos de veto do art. 6º:

- parcela significativa da despesa orçamentária não tem sua execução sob a forma de duodécimos ao longo do exercício financeiro;
- a autorização para a execução de apenas dois doze avos, sem exceção, poderá ocasionar transtornos à Administração Pública;
- tal comando tem sido regulamentado pela lei de diretrizes orçamentárias, que proporciona maior dinamismo e flexibilidade em suas disposições.

ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA SANÇÃO DA LOA

- art. 89 – LDO do Estado de Mato Grosso (Lei 9.970/2013):

Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja encaminhado para sanção até 22 de dezembro de 2013, a programação relativa à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e demais despesas de custeio poderá ser executada, em cada mês, até o limite de **1/12 (um doze avos)** do total de cada dotação, **na forma da proposta originalmente encaminhada** à Assembleia Legislativa.

LEI ORGÂNICA -TANGARÁ DA SERRA

Art. 55 – A Câmara de Vereadores sempre será previamente informada pelo Prefeito acerca de **audiências públicas** promovidas pelo Poder Executivo, especialmente quando se destinarem à **elaboração do Plano Plurianual**. (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 068, de 17 de abril de 2012).

Art. 80 - Compete privativamente ao Prefeito:

...

XXXIV – apresentar, anualmente à Câmara, **relatório circunstanciado** sobre o estado de obras e de serviços municipais, bem assim o plano de administração para o ano seguinte, por unidade administrativa, com o respectivo diagnóstico fundado em **indicadores claros, precisos e objetivos** que demonstrem a necessidade de continuidade da ação administrativa, ou de sua alteração, para realizar as **metas constantes do Plano Plurianual**; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 068, de 17 de abril de 2012).

A CÂMARA MUNICIPAL PODE AUMENTAR DESPESAS NO PROJETO DA LOA ???

EMENDAS AO PROJETO DE LOA

CF, art. 166, § 3º

As emendas ao projeto de LOA somente podem ser aprovadas caso:

- sejam **compatíveis** com o PPA e LDO (programas, diretrizes, objetivos, metas)
- indiquem os **recursos necessários**, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as dotações para pessoal, encargos e serviço da dívida
- sejam relacionadas:
 - com a correção de **erros ou omissões** (reestimativa da receita); ou
 - com dispositivos do **texto** do projeto de lei (emendas de redação – texto mais claro)

A CÂMARA MUNICIPAL PODE AUMENTAR DESPESA DE PROJETOS DO EXECUTIVO?

CF, art. 63. Não será admitido aumento da **despesa** prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º.

ESTIMATIVA DA RECEITA

LRF, art. 12, caput e § 1º

As previsões da receita observarão as normas técnicas e legais, considerando:

- alterações na legislação tributária (ex: IPTU, ISS)
- variação do índice de preço (ex: INPC)
- crescimento econômico ou outro fato relevante
- acompanhadas de demonstrativo:
 - ✓ da evolução nos últimos 3 anos
 - ✓ projeção para 2 anos seguintes
 - ✓ metodologia de cálculo e premissas utilizadas

REESTIMATIVA DA RECEITA PARA EFEITO DE EMENDAS AO PROJETO DA LOA

- relação com erros ou omissões
- apontar tecnicamente qual receita estaria aumentando
- Parlamento pode incluir novas despesas, aumentando previsão de receita, com argumento de erro ou omissão nas receitas, devidamente comprovado (ex: crescimento do PIB)

FRUSTRAÇÃO DE RECEITA

- para garantir o equilíbrio das contas públicas, devem ser observadas as regras estabelecidas na LRF, especialmente a limitação de empenhos e movimentação financeira.

CRÉDITOS ADICIONAIS

- suplementares – reforço de dotação orçamentária
- especiais – dotação não prevista no orçamento
- extraordinários – urgentes e imprevistos

CRÉDITOS ADICIONAIS

TIPOS	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIOS
FINALIDADES	Reforçar despesas já previstas no orçamento.	Atender a despesas não previstas no orçamento	Atender a despesas <u>imprevisíveis e urgentes</u> . Ex.: guerra, comoção interna ou calamidade.
AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA	Necessidade de autorização legislativa; autorização na própria LOA ou em lei específica.	Necessidade de autorização em lei específica	Independente

CRÉDITOS ADICIONAIS

TIPOS	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIOS
ABERTURA E INCORPORAÇÃO	Decreto (Executivo): incorporam-se ao orçamento adicionando-se à dotação orçamentária a que se destinou reforçar.	Decreto (executivo): incorporam-se ao orçamento, mas conservam sua especificidade, demonstrando-se a conta dos mesmos, separadamente.	Na União, a abertura se dá por meio de Medida Provisória. Nos Estados, DF e Municípios, a abertura se dá por Decreto do Executivo. Se a abertura ocorrer por meio de Decreto, este deverá ser enviado imediatamente ao Legislativo.

CRÉDITOS ADICIONAIS

TIPOS	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIOS
VIGÊNCIA	No exercício em que foi aberto (até 31/12)	No exercício em que foi aberto (até 31/12)	No exercício em que foi aberto (até 31/12)
PRORROGAÇÃO	Improrrogável	Só para exercício seguinte quando o ato de autorização tiver sido PROMULGADO nos últimos 04 (quatro) meses do exercício. Nesse caso, os saldos são incorporados, por decreto, ao orçamento seguinte (créditos com vigência plurianual)	Só para exercício seguinte quando o ato de abertura (MP ou Decreto) tiver sido editado nos últimos 04 (quatro) meses do exercício. Nesse caso, os saldos são incorporados, por decreto, ao orçamento seguinte (créditos com vigência plurianual).
INDICAR FONTE (recursos)	SIM	SIM	NÃO

CRÉDITOS ADICIONAIS

Nos termos da Lei 4.320/64, consideram-se recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares e especiais:

- **Superávit financeiro** apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
 - deduz-se créditos adicionais transferidos do exercício anterior (especial e extraordinário) e somam-se as operações de crédito vinculadas.

CRÉDITOS ADICIONAIS

- **Excesso de arrecadação**
 - deduz-se os créditos extraordinários abertos no exercício;
 - considerar as tendências do exercício.
- **Anulação parcial ou total de dotações**
- **Operações de crédito**
- **Reserva de contingência**
- **Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, desde que haja prévia e específica autorização legislativa (art. 166, § 8º, da CF).**

LIMITES DE AUTORIZAÇÃO PARA CRÉDITOS SUPLEMENTARES NA LOA

- LOA do Estado de Mato Grosso – Lei 10.354/2015

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada no artigo 4º (R\$ 16.553.492.816,81), observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Resolução de Consulta TCE/MT nº 26/2015

- corresponde ao saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a receita realizada e a prevista para o exercício financeiro;
- pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais aos orçamentos dos poderes e órgãos autônomos;
- a legislação não estabelece prazo para abertura de créditos adicionais;
- pode ser realizado a qualquer tempo, desde que realizado dentro do respectivo exercício de apuração;
- o cálculo deve ser realizado conjuntamente com os mecanismos de controle criados pela LRF: garantir equilíbrio fiscal;

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Resolução de Consulta TCE/MT nº 26/2015

- abertura de créditos adicionais deve ser revestida de prudência e precedida de adequada metodologia de cálculo;
- a administração deve realizar um acompanhamento mensal efetivo a fim de avaliar se os excessos de arrecadação estimados por fonte de recursos e utilizados para abertura de créditos adicionais estão se concretizando durante o exercício;
- caso não estejam: adotar medidas de ajuste e de limitação de despesas previstas na LRF para evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Resolução de Consulta nº 19/2008

- terão vigência no exercício financeiro

exceção: créditos especiais e extraordinários, quando autorizados nos últimos quatro meses do exercício. Reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Resolução de Consulta TCE/MT nº 44/2011

- a utilização de créditos orçamentários que tenham como fonte de recursos a reserva de contingência restringe-se:
 - cobertura de passivos contingentes
 - outros riscos e eventos fiscais imprevistos

EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EC 86, de 17/03/15 – **CF**, art. 166

- as emendas individuais ao projeto de LOA serão aprovadas no limite de 1,2% da RCL realizada no exercício anterior
- metade desse percentual será destinado para saúde
- é obrigatória a execução orçamentária e financeira dessa programação, salvo nos casos de impedimentos de ordem técnica
- quando for objeto de transferência a Estados e Municípios, independe do ente destinatário estar adimplente, frente à União

MT - EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EC 69, de 16/10/14 – CE, art. 162 e 164

- a previsão da receita e fixação da despesa no projeto de LOA devem refletir com fidedignidade a conjuntura econômica e fiscal do Estado de MT
- é obrigatória a execução da programação incluída no LOA, resultante de emendas parlamentares, até 1% da RCL do exercício anterior
- a não execução da programação implica em crime de responsabilidade (afastado pelo TJ), salvo se autorizado pela AL, por impedimento de ordem técnica, legal, operacional ou relacionado às metas fiscais

MT - EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EC 69, de 16/10/14 – CE, art. 162 e 164

- nos casos de impedimento de ordem técnica, legal ou operacional, que torne impossível a sua execução, mediante justificativa apresentada pelo Poder Executivo até 90 (noventa) dias antes do encerramento da Sessão legislativa
- quando for constatado que o montante previsto poderá resultar no não cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária, situação em que as emendas parlamentares poderão ser reduzidas em percentual igual ao que incidir sobre o conjunto das despesas discricionárias.

MT - EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EC 69, de 16/10/14 – CE, art. 162 e 164

- No Estado de MT, cada Deputado (dos 24) tem direito a 5,5 milhões = total de 134 milhões, que podem ser aplicados nos municípios
- município tem que apresentar projeto e documentos diretamente ao órgão concedente

MT - EMENDAS IMPOSITIVAS AO PROJETO DE LOA

EC 69, de 16/10/14 – **CE**, art. 162 e 164

- a execução da programação orçamentária das emendas parlamentares será aplicada, sob pena de implicar em crime de responsabilidade, nas seguintes áreas e nos respectivos percentuais mínimos:
 - 12% saúde
 - 25% educação
 - 6,5% esporte
 - 6,5% cultura

ORÇAMENTO IMPOSITIVO – CASO DO ESTADO DE MT⁵⁸

EC 71, de 19/12/14 – CE, art. 162-A

- a programação constante da LOA é de execução obrigatória
- salvo se a AL aprovar pedido do governador para cancelamento ou contingenciamento, em situações de queda arrecadação e calamidade pública

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

CLASSIFICAÇÃO DA **DESPESA** NA LOA

- Institucional: órgão ou unidade orçamentária
- Funcional: função e subfunção
- Programas: programas e ações (projetos, atividades e operações especiais)
- Natureza:
 - Categoria Econômica: 3 (despesa corrente)
 - Grupo: 1 (pessoal e encargos)
 - Modalidade aplicação: 90 (aplicação direta)
 - Elemento despesa: 11 (vcto)

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

- na **elaboração** da LOA, a discriminação da despesa quanto à Natureza será no mínimo até Modalidade de Aplicação
- na **execução**, a discriminação quanto à natureza será até Elemento ou Subelemento de despesa

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- objetiva criar condições para aprovação do orçamento com a participação da comunidade local por meio de conselhos populares
- tem fundamento no art. 29, XII, da CF: cooperação das associações representativas no planejamento municipal
- gera a consciência da participação do cidadão nas decisões políticas, fortalecendo a democracia
- necessita de autorregulação interna para disciplina do processo decisório, instituindo-se, por exemplo, discussões por temas (educação, transporte, saúde etc)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- dificuldades práticas de implantação:
 - manipulação da opinião da sociedade: é preciso definir critérios objetivos e seguros
 - anseios da sociedade x limitação dos recursos públicos: é preciso definir prioridades
 - não execução, por parte do gestor, do que foi decidido pela sociedade: gera frustração da comunidade e torna ineficaz o orçamento participativo

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

Incentivo à participação popular nas peças orçamentárias:

- *LC 131/2009. Art. 1º. O art. 48 da LC 101/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 48, parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

- Acórdão TCE/MT nº 669/2006:
 - compete ao Chefe do Poder Executivo convocar a sociedade para discutir a elaboração das peças de planejamento
 - maior participação popular
 - não há impedimento para convocação pelo Chefe do Poder Legislativo – observar a Lei Orgânica Municipal

ESPAÇO DO CIDADÃO

<http://cidadao.tce.mt.gov.br>

MENU

- Anexos da Lei 4320/64
- Audiências Públicas
- Atos de Pessoal
- Contas Anuais
- Despesas
- GEO-OBRS
- Governo Transparente
- Indicadores
- Julgamentos
- Licitação
- Limites da LRF
- Políticas Públicas
- Políticas Públicas Segurança
- Receitas
- Relatórios Extraordinários
- Remessas do Aplic

**Faça o seu cadastro
na Rede Cidadã**

Espaço do Cidadão



A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z

Espaço do Cidadão

A sociedade tem o direito e o dever de intervir nas políticas públicas através da interação com o governo, ajudando a definir as prioridades dos gastos públicos. Além disso, o cidadão também deve acompanhar a execução das ações e pode avaliar se os objetivos das políticas públicas foram alcançados com resultados concretos retornados para a sociedade.

O Tribunal de Contas, como instrumento de cidadania, estimula a sua participação disponibilizando informações neste espaço - Espaço do Cidadão - para que você possa fazer o controle social dos gastos públicos realizados no seu município e no Estado de Mato Grosso. Escolha no menu ao lado as informações sobre o governo municipal ou estadual e exerça a sua cidadania.

Participe.

Aqui você é o fiscal!




Recita



Despesa

Políticas Públicas
Saúde e EducaçãoPolíticas Públicas
Segurança

IDEB

Consulta de
Obras Públicas

Decisões do TCE



Limites da LRF

RECEITA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA


[escolher outro município](#)

Ano Base: 2010 (IBGE)

Contas Anuais

Despesas

GEO-OBRA

Glossário

Governo Transparente

Indicadores

Indicador IGFM TCE-MT

Índice IGF TCE-MT

Julgamentos

Licitação

Limites da LRF

Perguntas e Respostas

Políticas Públicas

Políticas Públicas Segurança

Receitas

Remessas do Aplic



O dinheiro público
é de todos.



Serviço de
informação
ao cidadão

LIG 153270011



O TCE-MT, como instrumento de cidadania disponibiliza sem qualquer juízo de valor as despesas municipais informadas pelos gestores, por meio do sistema APLIC.

Selecione uma Unidade Gestora para fiscalizar

Opções

Unidade Gestora:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA ▾

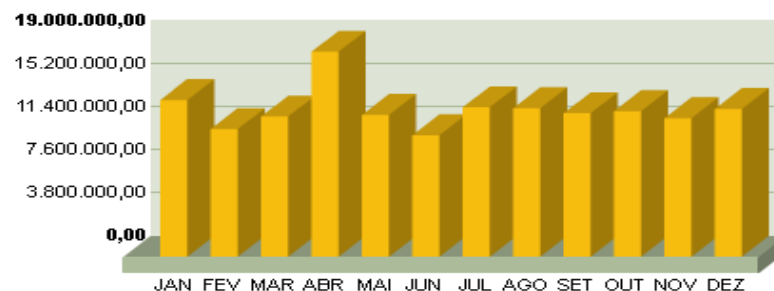
Exercício:

2014 ▾

Consulta realizada em: 11/07/2016 - 11:27

MÊS	VALOR ARRECADADO
JANEIRO	13.780.441,00
FEVEREIRO	11.218.126,65
MARÇO	12.327.060,02
ABRIL	18.022.718,01
MAIO	12.468.928,03
JUNHO	10.683.679,58
JULHO	13.149.804,84
AGOSTO	13.062.829,95
SETEMBRO	12.626.856,79
OUTUBRO	12.802.551,46
NOVEMBRO	12.185.878,99
DEZEMBRO	13.003.724,66
TOTAL	155.332.599,98

Total Arrecadado



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------

2	3	4	5
---	---	---	---

TOTAL**+ RECEITAS CORRENTES****163.884.378,35****+ RECEITA TRIBUTÁRIA****33.702.634,59****+ IMPOSTOS****30.748.883,68****+ IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA****17.118.709,01****+ IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA****8.927.272,78****+ IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA****5.052.269,04****+ IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS****3.139.167,19****+ IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO****13.630.174,67****+ IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA****13.630.174,67****+ TAXAS****2.673.236,69****+ TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER POLÍCIA****1.330.300,34****+ TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA****198.343,76****+ TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL****235.932,32****+ TAXA DE LIC. P/ FUNC. DE ESTAB. COM. IND. E PRESTADORAS DE SERVIÇOS****496.711,49****+ TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL****99.244,60****+ TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO****9.104,11****+ TAXA DE FUNC. DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL****24.439,37****+ TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS****254.401,89****+ OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA****12.122,80****+ TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****1.342.936,35****+ EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS****223.333,85****+ TAXA DE CEMITÉRIOS****56.359,42****+ OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****1.063.243,08****+ CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****280.514,22****+ CONTRIB. DE MELHORIA P/ PAVIMENTAÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES****280.514,22**

	Pesquisas e Serviços ▾	Espaço do Cidadão ▾	Espaço do Fiscalizado ▾	Portal Transparência/SIC ▾	PDI
					+ RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS 105.475,99
					+ OUTRAS RECEITAS 340.364,90
					+ RECEITAS DE CAPITAL 5.191.538,08
					+ TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 5.191.538,08
					+ TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS 1.067.856,00
					+ TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO 1.067.856,00
					+ TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS 1.067.856,00
					+ TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS 4.123.682,08
					+ TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES 3.223.375,64
					+ OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO 3.223.375,64
					+ TRANSF. CONVÊNIOS DOS ESTADOS E SUAS ENTIDADES 900.306,44
					+ OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO 900.306,44
					+ DEDUÇÕES DA RECEITA -13.743.316,45
					+ DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -203.726,98
					+ DEDUÇÕES DE IMPOSTOS -203.726,98
					+ DEDUÇÕES DO IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA -203.726,98
					+ DEDUÇÕES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -203.726,98
					+ DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -13.539.589,47
					+ DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS -13.539.589,47
					+ DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO -5.337.780,49
					+ DEDUÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO -5.301.623,41
					+ DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 87/96 -36.157,08
					+ DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS -8.201.808,98
					+ DEDUÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO -8.201.808,98

← → cidadeo.tce.mt.gov.br

☆ ▼ ↻ Google

[Pesquisas e Serviços](#)
[Espaço do Cidadão](#)
[Espaço do Fiscalizado](#)
[Portal Transparência/SIC](#)
[PDI](#)

Receitas
 Relatórios Extraordinários
 Remessas do Aplic

Faça o seu cadastro na Rede Cidadã

Ouvidoria TCE-MT

Acesso a informações públicas de um jeito fácil e rápido

 Receita
 **Despesa**
 Políticas Públicas Saúde e Educação
 Políticas Públicas Segurança

 IDEB
 GE Consultas de Obras Públicas
 Decisões do TCE
 Limites da LRF

 Remessas do Aplic
 Portal Transparência
 Obras Paralizadas
 Avisos de Licitação

f DESPESA

Institucional

Conheça o Tribunal
 História
 Composição
 Ministério Público de Contas
 Fiscalizados

Pesquisas e Serviços

Processos
 Jurisprudência
 Decisões em Consulta
 Legislação e Normativos
 Cartidão Negativa de Débitos

Transparência

Consulta por assunto
 Solicitação de Informação
 Dúvidas Frequentes
 Unidades de Atendimento

Imprensa

Notícias
 Artigos
 Publicações
 TV Contas
 Rádio TCE

Escola de Contas

Eventos
 Ensino a Distância do TCE
 Cursos
 Certificados



Tribunal de Contas
Mato Grosso





Pesquisas e Serviços ▾

Espaço do Cidadão ▾

Espaço do Fiscalizado ▾

Portal Transparência/SIC ▾

PDI

MENU

Audiências Públicas

Atos de Pessoal

Contas Anuais

Despesas

GEO-OBRA

Glossário

Governo Transparente

Indicadores

Indicador IGFM TCE-MT

Índice IGF TCE-MT

Julgamentos

Licitação

Limites da LRF

CIDADÃO / CAPA

Despesas (Empenho)

Fiscalizando: **TANGARA DA SERRA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA

[escolher outro município](#)

População: 83431 hab.
Território: 11391.314 (km²)
Ano Base: 2010 (IBGE)



O TCE-MT, como instrumento de cidadania, disponibiliza sem qualquer juízo de valor as despesas municipais informadas pelos gestores, por meio do sistema APLIC.

Selecione uma Unidade Gestora para fiscalizar

Opções

Unidade Gestora: ▾

Exercício: ▾



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Licitação

Limites da LRF

Perguntas e Respostas

Políticas Públicas

Políticas Públicas

Segurança

Receitas

Remessas do Aplic



Ajude o TCE-MT a fiscalizar
sua correta aplicação

Acesso a informações públicas
de um jeito fácil e rápido



Consulta realizada em: 11/07/2016 - 11:39

MÊS	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
JANEIRO	12.318.664,77	5.868.546,26	3.692.341,76
FEVEREIRO	10.526.469,58	7.162.121,42	5.331.480,47
MARÇO	9.481.106,78	7.713.966,62	6.286.448,38
ABRIL	10.280.830,15	8.788.618,50	6.947.928,65
MAIO	11.237.935,37	10.393.764,22	8.767.863,34
JUNHO	11.452.608,79	9.906.102,40	8.504.087,26
JULHO	16.124.240,52	10.493.310,79	8.510.845,06
AGOSTO	10.818.881,18	10.673.504,80	9.055.200,28
SETEMBRO	10.631.913,42	11.313.569,12	9.504.001,75
OUTUBRO	11.375.993,27	10.658.863,33	9.239.254,76
NOVEMBRO	18.271.387,13	16.366.189,11	8.881.055,21
DEZEMBRO	17.348.952,07	18.283.583,85	18.869.613,35
TOTAL ACUMULADO	149.868.983,03	127.622.140,42	103.590.120,27

Selecione o período | [1º Semestre](#) | [2º Semestre](#)

Natureza de Despesa	Função	Órgão	Elemento de Despesa	Busca Avançada			
Natureza de Despesa							
DESCRIÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	5.332.043,46	5.784.825,10	5.385.117,23	5.501.972,14	5.928.423,63	6.083.374,76	34.015.756,32
Juros e Encargos da Dívida	102.756,33	1.043,61	869,85	883,07	750,85	745,87	107.049,58
Outras Despesas Correntes	5.659.045,87	4.389.007,60	3.782.794,89	2.812.170,15	2.923.087,63	2.618.714,56	22.184.820,70
Investimentos	435.379,88	337.854,11	298.585,65	1.952.065,64	2.371.934,10	2.736.034,44	8.131.853,82
Amortização da Dívida	789.439,23	13.739,16	13.739,16	13.739,15	13.739,16	13.739,16	858.135,02
TOTAL ACUMULADO	12.318.664,77	10.526.469,58	9.481.106,78	10.280.830,15	11.237.935,37	11.452.608,79	65.297.615,44



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

“É impossível progredir sem mudança. E aqueles que não mudam suas mentes não podem mudar nada”

George Bernard Shaw (1856-1950)
dramaturgo, romancista e jornalista Irlandês

João Batista de Camargo Júnior
✉ gab.joaobatista@tce.mt.gov.br

OBRIGADO!